

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.289 - AM (2019/0357240-7)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : JUCIMAR DA PAIXAO LEITE (PRESO)
ADVOGADO : JEFFERSON DA PAIXÃO LEITE E OUTRO(S) - AM007857
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por JUCIMAR DA PAIXÃO LEITE contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Consta dos autos que o recorrente se encontra preso em virtude da suposta prática do crime descrito no art. 121, § 2º, inciso VI, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, sem que tenha sido oferecida denúncia até a data da interposição do presente recurso. Irresignada, a defesa impetrou prévio *mandamus*, cuja ordem foi denegada nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 100/101):

*HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. FEMINICIDIO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE DESPROPORCIONALIDADE E DESNECESSIDADE DA PRISÃO PROVISÓRIA. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DO DELITO. NECESSIDADE DE RESGUARDO À ORDEM PÚBLICA E À SEGURANÇA DA VÍTIMA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. FATOS INSUFICIENTES PARA JUSTIFICAR A SOLTURA. ORDEM DENEGADA. 1. A presença simultânea dos requisitos *fumus comissi delicti* e *periculum libertatis* autoriza o decreto e a manutenção da prisão preventiva. 2. O conjunto probatório acostado aos autos é vasto e perfeitamente apto a comprovar a proporcionalidade da segregação cautelar em razão dos delitos imputados ao Paciente. 3. A necessidade de resguardo à ordem pública evidencia-se em razão da gravidade concreta do delito e da acentuada periculosidade do agente, além de constar dos autos que o mesmo pode reinvestir contra a vítima. 4. As condições pessoais favoráveis não têm o condão de, por si sós, garantirem ao réu o direito a liberdade provisória, se há nos autos elementos hábeis a recomendar sua segregação cautelar. 5. Por fim, é oportuno enfatizar ser irrelevante para a caracterização dos requisitos da prisão preventiva a*

apresentação espontânea do réu.

No presente recurso, o recorrente aduz, em síntese, que a prisão cautelar se embasa "exclusivamente em elementos abstratos, desconsiderando a ausência de atualidade ou aplicação das medidas alternativas à prisão". Conclui que a fundamentação se relaciona ao "juízo de reprovabilidade da conduta, próprio do mérito da ação penal", revelando verdadeira antecipação da pena.

Destaca, no mais, que o recorrente se apresentou espontaneamente, não revelando risco à garantia da ordem pública, à instrução processual nem à aplicação da lei. Por fim, ressalta se tratar de réu tecnicamente primário, com residência fixa e emprego lícito. Assim, assevera que, além de não estarem presentes os requisitos da prisão preventiva, é possível a aplicação das medidas cautelares mais brandas.

Pugna, inclusive liminarmente, pela revogação da prisão preventiva.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência. Com efeito, ao menos em um juízo preliminar, observo que consta do acórdão recorrido que a prisão cautelar deve ser mantida "pela necessidade de resguardo da ordem pública, ante à gravidade concreta do delito e a acentuada periculosidade do agente, além de a violência exercida na ação demonstrar que o agente pode voltar a investir contra a vítima" (e-STJ fl. 105).

Nesse contexto, não obstante os fundamentos apresentados pelo recorrente, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos

Superior Tribunal de Justiça

de convicção constantes dos autos, para se aferir eventual existência de constrangimento ilegal. Ademais, o pedido **liminar** confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, indefiro a **liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade impetrada, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator